

MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO LICITATORIO Nº 269/2012 PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS N.º 016/2012

A Prefeitura Municipal de Paraisópolis - MG, mediante a Pregoeira designada pela Portaria n.º 921, de 12 de dezembro de 2011, Sra. Isis Rezende de Souza Araújo, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na **modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM**, a fim de selecionar proposta para **Registro de Preços** objetivando **Aquisição de medicamentos** para abastecer a Farmácia Privativa Municipal, durante 12(doze) meses.

A abertura da sessão será às 9:00 horas, do dia 26 de abril de 2012, quando serão recebidos os envelopes de proposta e documentação relativos à licitação e quando serão credenciados os representantes das empresas licitantes.

O procedimento licitatório que dele resultar obedecerá integralmente a Lei 10.520/02, subsidiariamente a lei n.º 8.666/93, e suas alterações, bem como o Decreto Municipal nº 1482 de 02 de outubro de 2006. O presente Edital será regido, também, pela Lei Complementar 123/2006 e pelas demais normas e condições estabelecidas neste Edital.

Este Edital será fornecido pela Prefeitura Municipal de Paraisópolis, a qualquer interessado, no setor de licitações, situado na Pç do Centenário, nº 103 - centro, nesta.

I – OBJETO

1 – Aquisição de **Medicamentos para abastecer a Farmácia Privativa Municipal**, durante 12(doze) meses, conforme planilha em anexo, que é parte integrante deste edital.

OBS: Os medicamentos acima deverão ser cotados na seguinte ordem de preferência: primeiramente os genéricos, em seguida os similares e por último os medicamentos de referência.

- VALIDADE DOS MEDICAMENTOS: Os medicamentos deverão ser entregues com um prazo mínimo de validade de 12 meses, contados da data de fabricação.

2 – É parte integrante deste Edital a minuta da ATA de expectativa de Fornecimento.

II – DA PARTICIPAÇÃO

2.1 – Poderão participar deste Pregão Presencial as empresas:

2.1.1 – estabelecidas no país, que satisfaçam as condições e disposições contidas neste Edital e anexos;

2.1.2 - desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

2.1.3 – que apresentem a documentação relacionada no tópico **HABILITAÇÃO**.

2.2 – As licitantes deverão apresentar, na data e horário previstos no preâmbulo deste edital, dois envelopes devidamente fechados, contendo no envelope n.º 1, sua Proposta Comercial conforme solicitado no **item IV** deste edital, e no envelope n.º 2 a documentação comprobatória da habilitação solicitada no **item VI** deste edital, sendo que, ambos deverão conter, na parte externa, além da razão social da empresa, CNPJ, endereço, os seguintes dizeres:

Prefeitura Municipal de Paraisópolis – MG
Envelope nº 1 - “PROPOSTA COMERCIAL”
Processo nº 269/2012
Pregão - Registro de Preços nº 016/2012

MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS²

ESTADO DE MINAS GERAIS

Prefeitura Municipal de Paraisópolis – MG
Envelope nº 2 “DOCUMENTAÇÃO”
Processo nº 269/2012
Pregão - Registro de Preços nº 016/2012

2.3 – Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

2.3.1 – concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

2.3.2 – que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso ou por esta tenham sido declaradas inidôneas;

2.3.3 – que estejam reunidas em consórcio e sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja a sua forma de constituição;

2.3.4 - empresas das quais participe, a qualquer título, servidor público municipal ou ocupante de cargo de confiança da Prefeitura Municipal de Paraisópolis - MG (Art. 9º da Lei 8.666/93);

2.3.5 – estrangeiras que não funcionam no país.

III – DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1 – O proponente deverá se apresentar para credenciamento junto à Pregoeira por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo ainda, no ato da entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente, bem como o Contrato Social da Empresa.

3.1.1 – Aberta a sessão, os interessados e seus representantes deverão estar devidamente credenciados por instrumento público de procuração, ou por instrumento particular com firma reconhecida, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente; e sendo sócio, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para assumir obrigações decorrentes de tal investidura.

3.1.2 – OS DOCUMENTOS REFERIDOS NOS ITENS 3.1 E 3.1.1., BEM COMO AS DECLARAÇÕES ABAIXO RELACIONADAS DEVERÃO SER APRESENTADOS FORA DOS ENVELOPES, POR OCASIÃO DO CREDENCIAMENTO:

a) Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo da Habilitação – **Anexo V**;

b) Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação – **Anexo VI**;

3.2 – Para fins do que dispõe a **Lei Complementar nº 123/2006**, a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, deverá ser comprovada, POR OCASIÃO DO CREDENCIAMENTO, mediante apresentação da seguinte documentação:

a) Certidão Simplificada, **expedida nos últimos 180 (cento e oitenta) dias**, pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa do DNRC nº 103, publicada no DO de 22/05/2007.

b) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06, conforme **Anexo VIII**;

IV – PROPOSTA COMERCIAL – ENVELOPE N.º 1

MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS³

ESTADO DE MINAS GERAIS

4.1 – A proposta deverá conter os seguintes requisitos (**Anexo IV**):

a) A razão social do licitante, o endereço completo, número de inscrição no CNPJ, o número do telefone, fac-símile e e-mail, quando houver.

b) Número do Processo Licitatório e do Pregão Presencial – Registro de Preços;

c) **A descrição clara e detalhada dos itens, contendo inclusive nome do fabricante, de acordo com as especificações constante do presente edital (Anexo I);**

d) **VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM E VALOR TOTAL DO ITEM;**

e) Prazo de validade da proposta que deverá ser de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

4.1.1 – Na elaboração de suas propostas as empresas licitantes deverão estar cientes das seguintes informações:

a) A proposta deverá estar datilografada ou impressa por processo eletrônico, em 1 (uma) via em papel timbrado da licitante, redigida em língua portuguesa, em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada na última folha;

b) Os medicamentos acima deverão ser cotados na seguinte ordem de preferência: primeiramente os genéricos, em seguida os similares e por último os medicamentos de referência.

c) NA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA AS EMPRESAS LICITANTES DEVERÃO UTILIZAR A PLANILHA PADRÃO FORNECIDA PELO MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS, INCLUSIVE RESPEITANDO A DESCRIÇÃO DOS ITENS FORNECIDA, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.

4.2 – A licitante somente poderá retirar sua proposta mediante requerimento escrito à Pregoeira, antes da abertura do respectivo envelope, desde que caracterizado motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.

4.3 – Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.4 – Nos preços cotados deverão estar incluídos todas as despesas necessárias à execução dos objetos desta licitação sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Paraisópolis, tais como fretes, tributos, encargos sociais e previdenciários.

4.5 – A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita realização do objeto deste será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.

V – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

5.1 – Para o julgamento das propostas escritas, será considerado o **MENOR PREÇO POR ITEM;**

5.2 – Às proponentes licitantes que apresentarem a proposta de menor preço e às licitantes com propostas de preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, será dada a oportunidade de oferecerem novos lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, objetivando a obtenção da melhor proposta, conforme disposto nos incisos VIII e IX, do art. 4º, da Lei Federal nº10.520/02.

5.3 – Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes no item 16 deste edital.

5.4 – Após este ato, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço por lote.

MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS⁴

ESTADO DE MINAS GERAIS

5.5 – Entender-se-ão como empatadas aquelas propostas que tenham sido apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte, que sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à melhor proposta, desde que esta tenha sido apresentada por empresa não enquadrada na situação disposta no art. 3º da LC123/06.

5.6 – No caso de empate entre duas ou mais propostas, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame;

b) no caso de igualdade de preços, para fins do disposto no subitem anterior, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

c) não ocorrendo o exercício do direito previsto na letra “a”, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrarem na mesma situação, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

d) o direito previsto na letra “a” desta cláusula deverá ser exercido no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

5.7 – A Pregoeira poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução de preço;

5.8 – Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

5.9 – Durante os trabalhos de julgamento das propostas, a Pregoeira poderá suspender a reunião para promover diligências acerca de dúvidas que não possam ser sanadas de imediato;

5.10 – O licitante, quando solicitado, deverá fornecer no prazo de 48 horas, sob pena de desclassificação da proposta, informação detalhada, folder, catálogo técnico, ou quaisquer outros esclarecimentos, para subsidiar julgamento;

5.11 – Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor;

5.12 – A verificação da habilitação será realizada pela Pregoeira e deverão ser anexados aos autos os documentos respectivos;

5.13 – Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor do certame;

5.14 – Constatado o atendimento aos requisitos de habilitação previstos no Edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto deste certame, desde que não haja manifestação recursal.

5.15 – Após declarada vencedora a empresa deverá apresentar, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a **planilha final**, contendo os preços alterados devido a oferta de lances durante o **Pregão**.

VI – DOCUMENTAÇÃO – (ENVELOPE N.º 2)

6.1 – O envelope n.º 02 - DOCUMENTAÇÃO, deverá conter os seguintes documentos:

a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor da licitante, devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e, no caso sociedade por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores;

MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS⁵

ESTADO DE MINAS GERAIS

- b) Inscrição do ato constitutivo em Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício.
- c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- d) Certidão de Regularidade expedida pelo INSS;
- e) Certidão de Regularidade expedida pelo FGTS;
- f) Certidão de Regularidade expedida pela Fazenda Municipal do domicílio ou sede;
- g) Certidão Conjunta de regularidade Quanto à Dívida Ativa da União e da Fazenda Federal;
- h) Certidão de Regularidade expedida pela Fazenda Estadual;
- i) Certidão negativa de Falência ou Concordata;
- j) Alvará da Vigilância Sanitária (SUS), em plena validade;
- k) Certidão de Regularidade expedida pelo Conselho Federal de Farmácia (CRF) do farmacêutico responsável em plena validade;
- l) Autorização Especial da ANVISA - Divisão de Medicamentos Controlados (DIMED) - para medicamentos controlados;
- m) Autorização Comum da ANVISA para Armazenar, distribuir e expedir medicamentos;
- n) Declaração para fins do disposto no inciso V do art. 27 da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999 - **ANEXO III**;
- o) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei 12.440 de 07/07/2011, obtida junto à Justiça do trabalho de forma gratuita e eletrônica;

Obs: Nas certidões que não constar vigência, será aceita com validade de **90 (noventa) dias** a partir de sua emissão.

6.2 – Os documentos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou publicação em órgão da Imprensa Oficial, ou, ainda, por cópias não autenticadas, desde que sejam os originais para conferência pelo pregoeiro. Não serão aceitas cópias ilegíveis, que não ofereçam condições de leitura das informações nelas contidas por parte da Pregoeira.

6.3 – As microempresas e empresas de pequeno porte **deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;**

6.4 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado, às microempresas e empresas de pequeno porte, o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

6.5 – A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

VII – IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

7.1 – Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei, devendo protocolar o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 03 (três) dias úteis.

7.2 – Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação .

7.3 – Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

VIII – DOS RECURSOS

8.1 – Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será dado o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando as

MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS⁶

ESTADO DE MINAS GERAIS

demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

8.2 – A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará em decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pela Pregoeira à vencedora.

8.3 – Qualquer recurso de impugnação contra a decisão da Pregoeira terá efeito suspensivo.

8.4 – O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.5 – Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no setor de licitações, localizado na Pç do Centenário, nº 103 – centro, Paraisópolis – MG.

IX – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

9.1 – Os valores adjudicados aos licitantes, poderão ser revistos mediante solicitação da contratada com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma do art. 65, II “d” da Lei 8.666/93;

9.1.1 – As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de conseqüências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato.

X – DA ATA E VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1 – Homologada a presente licitação, a Prefeitura Municipal de Paraisópolis lavrará documento denominado **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, com os preços das propostas classificadas em primeiro lugar, devidamente registradas, destinadas a subsidiar o Quadro Geral de Preços, o qual terá validade por **12 MESES**.

10.2 – A Ata de Registro de Preços será lavrada em 2 (duas) vias devendo uma, ser juntada ao processo ou e lhe deu origem e a outra levada ao Quadro Geral de Preços.

10.3 – A Ata de Registro de Preços poderá ser usada por todos os órgãos da Administração direta e autárquica do Município.

XI – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 – Os recursos necessários ao atendimento das despesas decorrentes do presente processo licitatório correrão por conta das Fichas Orçamentárias nº 02.07.10.302.0005.2040.3.3.90.30.00 (ficha 223) e 02.07.10.301.0005.2042.3.3.90.30.00 (ficha 409).

XII – CONDIÇÕES CONTRATUAIS

12.1 – A Ata de Registro de Preços substitui o contrato de expectativa de fornecimento, nos moldes da minuta da ata constante do **ANEXO II** deste edital, quando assim a lei o exigir.

12.2 – A licitante vencedora pelo seu representante legal, assinará a Ata de Registro de Preços no final do Pregão. Caso isso não ocorra ensejará a aplicação da multa prevista no título **SANÇÕES** deste edital.

12.2.1 – Em caso da licitante vencedora não assinar a ATA, não assinar a nota de empenho no prazo estabelecido, reservar-se-á à Prefeitura Municipal de Paraisópolis, o direito de convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo, em igual prazo e nas mesmas condições propostas ao primeiro colocado, inclusive quanto ao preço atualizado, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas para a licitante vencedora neste edital.

MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS⁷

ESTADO DE MINAS GERAIS

12.3 – Até a assinatura da ATA, a proposta da licitante vencedora poderá ser desclassificada se a Prefeitura Municipal de Paraisópolis tiver conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento.

12.4 – Ocorrendo a desclassificação da proposta da licitante vencedora por fatos referidos no item anterior, a Prefeitura Municipal de Paraisópolis poderá convocar as licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação de acordo com a Lei Federal nº 10.520/2002.

12.5 – A ATA de expectativa de fornecimento a ser firmada em decorrência desta licitação poderá ser rescindida a qualquer tempo independente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos nos arts. 77 e 78, na forma do art. 79, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

12.6 – A associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência parcial, bem como a fusão, a cisão ou a incorporação, somente será admitida quando apresentada à documentação comprobatória que justifique qualquer das ocorrências e com o consentimento prévio e por escrito da Prefeitura Municipal de Paraisópolis e desde que não afete a boa execução do fornecimento.

XIII – FISCALIZAÇÃO

13.1 – A Prefeitura Municipal de Paraisópolis, através do Controle Interno, exercerá a fiscalização do fornecimento, e registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

13.2 – As exigências e a atuação da fiscalização pela Prefeitura Municipal de Paraisópolis em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto do fornecimento.

XIV – DO FORNECIMENTO

14.1 – Os medicamentos objetos da licitação serão entregues pelo licitante vencedor dentro do Município de Paraisópolis, diretamente no Controle Interno, em prazo não superior a **02 (dois) dia úteis**, após o recebimento da Ordem de Fornecimento.

14.2 - Os medicamentos deverão ser entregues com um prazo mínimo de validade de 12 meses, contados da data de fabricação.

14.3 – A contratada é obrigada a substituir de imediato e às suas expensas, medicamentos em que se verifiquem irregularidades, como prazos de validade vencidos ou próximos a vencer.

14.4 - Os medicamentos objetos da presente licitação deverão ser entregues de 2ª a 6ª feira no horário das 8:00 às 16:00 horas.

14.5 – A Prefeitura Municipal de Paraisópolis - MG reserva-se o direito de não receber os medicamentos em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato e aplicar as penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93.

XV – PAGAMENTO

15.1 – Os pagamentos serão feitos com até 30 (trinta) dias após entrega dos materiais e respectiva emissão de Documentos Fiscais, conferidos e aprovados pelo responsável do Controle Interno;

15.2 – Deverá acompanhar o Documento Fiscal, prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

15.3 – Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo representante da Prefeitura Municipal de Paraisópolis e o pagamento ficará pendente até que aquela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento

MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS⁸

ESTADO DE MINAS GERAIS

iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Paraisópolis.

XVI – SANÇÕES

16.1 – O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante vencedora, sem justificativa aceita pela Prefeitura Municipal de Paraisópolis, resguardada os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar nas seguintes sanções:

- a) multa compensatória no percentual de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato, pela recusa em assiná-lo, apresentar o comprovante da prestação de garantia contratual e retirar a nota de empenho, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93;
- b) multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento) calculada sobre o valor total estimado do contrato, por dia de inadimplência, até o limite de 02 (dois) dias úteis, na entrega total do objeto deste, caracterizando a inexecução parcial;
- c) multa compensatória no percentual de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato pela inadimplência além do prazo de 02 (dois) dias úteis, caracterizando a inexecução parcial do mesmo.
- d) Advertência.

16.2 – A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na Lei Federal nº 10.520/02 e na Lei Federal nº 8.666/93 inclusive a responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.

16.3 – A multa deverá ser recolhida aos cofres públicos do Município de Paraisópolis, via Tesouraria Municipal, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da notificação enviada pela Prefeitura Municipal de Paraisópolis.

16.4 – O valor da multa poderá ser descontado na nota fiscal ou crédito existente na Prefeitura Municipal de Paraisópolis, em favor da licitante vencedora, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

16.5 – As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato do Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Paraisópolis, devidamente justificado.

16.6 – A licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa exigida, ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Paraisópolis e será descredenciado do CRC Municipal, pelo período de 05 anos se credenciado for, sem prejuízo das multas previstas neste edital, no contrato e nas demais cominações legais.

16.7 – As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

16.8 – Em qualquer hipótese e aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

XVII – DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 – A Prefeitura Municipal de Paraisópolis poderá cancelar de pleno direito à nota de empenho que vier a ser emitida em decorrência desta licitação, bem como rescindir o respectivo contrato de expectativa de fornecimento, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial desde que motivado o ato e assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa quando esta:

MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS⁹

ESTADO DE MINAS GERAIS

- a) venha a ser atingida por protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam sua capacidade econômico-financeira;
- b) for envolvida em escândalo público e notório;
- c) quebrar o sigilo profissional;
- d) utilizar, em benefício próprio ou de terceiros informações não divulgadas ao público e às quais tenha acesso por força de suas atribuições e que contrariem as disposições estabelecidas pela Prefeitura Municipal de Paraisópolis;
- e) na hipótese de ser anulada a adjudicação em função de qualquer dispositivo legal que a autorize.

17.2 – A Prefeitura Municipal de Paraisópolis poderá, por despacho fundamentado da Pregoeira e até a entrega da nota de empenho, excluir qualquer licitante, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, sem que a esta assista o direito de reclamar indenização ou ressarcimento, se chegar ao seu conhecimento, em qualquer fase do processo licitatório, fato ou circunstância que desabone a idoneidade da licitante.

17.3 – A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros mediante parecer escrito da Pregoeira, devidamente fundamentado.

17.3.1 – A nulidade do processo licitatório induz à do contrato, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do art. 59, da Lei Federal nº 8.666/93.

17.4 – As reclamações referentes à documentação e às propostas deverão ser feitas no momento da abertura do envelope correspondente, por escrito, quando serão registradas em ata, sendo vedada, a qualquer licitante, observações ou reclamações impertinentes ao certame.

17.5 – A apresentação da proposta implica, por parte da licitante, observação dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste edital sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.6 – Havendo indício de conluio entre os licitantes ou de qualquer outro ato de má-fé, a Prefeitura Municipal de Paraisópolis comunicará os fatos verificados ao Ministério Público para as providências cabíveis.

17.7 – É facultado à Pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deva constar no ato da sessão pública.

17.8 – A proponente que vier a ser vencedora, ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias até 25% (vinte e cinco por cento) do valor estimado do contrato.

17.9 – As questões decorrentes da execução deste edital, que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Paraisópolis – MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.10 – Qualquer pedido de esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente edital, deverá ser encaminhado por escrito à Pregoeira, no setor de Licitações.

17.11 – A homologação do objeto desta licitação não implicará direito à contratação.

17.12 – Os casos omissos serão dirimidos pelo pregoeiro, com observância da legislação em vigor, em especial a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Lei Federal nº 10.520/02.

17.13 – São partes integrantes deste Edital:

- a) ANEXO A – TERMO DE REFERENCIA

MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS¹⁰

ESTADO DE MINAS GERAIS

- b) ANEXO I – Planilha contendo a descrição dos medicamentos;
- c) ANEXO II – Modelo de minuta de Ata de Registro de Preços;
- d) ANEXO III – Modelo de Declaração de que não emprega menores;
- e) ANEXO IV – Modelo de Formulário Padrão de Proposta de Preços;
- f) ANEXO V - Modelo de Declaração de Fato Superveniente;
- g) ANEXO VI - Modelo Declaração que cumprem plenamente os requisitos de habilitação;
- h) ANEXO VII - Modelo de Carta de Credenciamento;
- i) ANEXO VIII – Modelo de Declaração de Enquadramento como ME ou EPP;

Paraisópolis, 12 de abril de 2012.

Isis Rezende de Souza Araújo
Pregoeira

MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS¹¹

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO I

Obs.: Utilizar apenas esta Planilha na elaboração da Proposta da empresa

Item	Cód.	Medicamento	Quantidade	MARCA	VR.UNIT.	VR. TOTAL
Analgésicos e Antitérmicos						
1	1554	Ácido Acetilsalicílico 100mg – comp.	21.000			-
2	1622	Bultibrometo de Escopolamina 10mg – comp.	4.200			-
3	7425	Brometo de N-butilescopolamina 6,67mg + Dipirona 333,4mg – comp.	12.500			-
4	1624	Dipirona Sódica 500mg – comp.	21.000			-
5	1625	Dipirona 500mg/ml solução oral – Fr. 10mL	350			-
6	1708	Paracetamol gotas 200mg/ml – Fr. 20mL	1.400			-
7	1710	Paracetamol 500mg – comp.	21.000			-
Antiespasmódico Cerebral						
8	3470	Cinarizina 75mg – comp.	12.500			-
9	3559	Flunarizina 10mg – comp.	12.500			-
10	4289	Cilostazol 50 mg - comp.	63.000			-
Antiácido						
11	1662	Hidróxido de Alumínio 62mg/ ml – Fr 100ml	420			-
12	1706	Omeprazol 20 mg comp.	14.000			-
13	1731	Ranitidina 150mg – comp.	28.000			-
Antialérgicos						
14	1612	Dexclorfeniramina sol. oral 0,4%mg/ml – Fr. 100ml	350			-
15	6699	Dexclorfeniramina 2mg – comp.	4.200			-
16	1726	Prometazina 25mg – comp.	21.000			-
Antianêmicos						

MUNICÍPIO DE PARAI¹²SÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

17	1556	Ácido Fólico 5mg – comp.	7.000			-
18	626	Sulfato Ferroso 25mg Fe/mL . – Fr. 30ml gts	210			-
19	1738	Sulfato Ferroso 40mg – comp.	7.000			-
Antibióticos						
20	1573	Amoxicilina 500mg – caps.	7.000			-
21	1574	Amoxicilina Pó para suspensão oral 50mg/ml – Fr. 60mL	1.400			-
22	6668	Amoxicilina + Ácido Clavulânico 50mg + 12,5mg/ml susp. Oral – Fr. 75mL	840			-
23	8821	Amoxicilina + Ácido Clavulânico 500mg + 125mg – comp.	8.400			-
24	3427	Azitromicina 500mg – comp.	2.100			-
25	1596	Cefalexina 500mg – comp.	8.400			-
26	1595	Cefalexina 50mg/ ml – susp.	420			-
27	3477	Claritromicina 500mg – comp.	3.500			-
28	10631	Claritromicina 250mg/5mL suspensão oral – Fr. 60mL	210			-
29	9595	Clotrimazol 10mg/g creme vaginal – bisnaga 35g com aplicador	350			-
30	7975	Cloridrato de Tetraciclina 100mg + Anfotericina B 50mg – Creme vaginal	350			-
31	1633	Eritromicina 250 mg comp. Revestido	2.100			-
32	1699	Nistatina 25.000 UI – creme vaginal	420			-
33	1700	Nistatina 100.000 UI – susp. Oral – Fr. 60ml	350			-
34	2101	Norfloxacino 400mg – comp.	10.500			-
35	1736	Sulfametoxazol. + Trimetoprima. 400mg + 80mg – comp.	3.500			-
36	1735	Sulfametoxazol.+Trimetoprima 40mg + 8mg susp. Oral – Fr. 50mL	350			-
37	1599	Ciproflaxacina 250 mg - comp.	4.200			-
Anticoagulante						
38	7624	Varfarina 5mg comp.	1.750			-
39	4317	Clopidogrel 75 mg - comp.	14.000			-
Antidepressivos/ Ansiolíticos / Antipsicóticos						
40	3411	Alprazolam 0,5mg – comp.	4.200			-
41	2152	Amitriptilina 25mg – comp.	21.000			-

MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS¹³

ESTADO DE MINAS GERAIS

42	1588	Bromazepan 3mg – comp.	21.000			-
43	1594	Carbonato de Lítio 300mg – comp.	4.200			-
44	6876	Citalopran 20mg – comp.	105.000			-
45	1600	Clomipramina 25mg – comp.	2.100			-
46	3482	Clomipramina 10 mg – comp.	2.100			-
47	2155	Clonazepan 0,5mg – comp.	28.000			-
48	1601	Clonazepan 2mg – comp.	2.100			-
49	9354	Clofazolan 1mg – comp.	21.000			-
50	1603	Clorpromazina 25mg – comp.	2.100			-
51	2153	Clorpromazina 100mg – comp.	3.500			-
52	1613	Diazepam 10 mg – comp.	7.000			-
53	3552	Fluoxetina 25mg – comp.	7.056			-
54	1650	Haloperidol 1mg – comp.	4.200			-
55	1651	Haloperidol 2mg/ml – gotas	70			-
56	1652	Haloperidol 5mg – comp.	4.200			-
57	1654	Haloperidol Decanoato 70,52mg/ ml – ampl.	210			-
58	1664	Imipramina 10mg – comp.	4.200			-
59	1666	Imipramina 25mg – comp.	8.400			-
60	1671	Levomepromazina 25mg – comp.	4.200			-
61	1670	Levomepromazina 100mg – comp.	4.200			-
62	4063	Lorazepan 1mg – comp.	4.200			-
63	1675	Lorazepan 2mg – comp.	21.000			-
64	1701	Nortriptilina 10mg – caps.	2.100			-
65	2781	Nortriptilina 25mg – caps.	2.100			-
66	1702	Nortriptilina 50mg – caps.	2.100			-
67	1711	Periciazina 10mg – comp.	7.000			-
68	1715	Pipotiazina 25mg/ 1ml – ampola	140			-

MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS¹⁴

ESTADO DE MINAS GERAIS

69	3674	Paroxetina 20mg – comp.	35.000			-
70	4252	Risperidona 1mg – comp.	14.000			-
71	3697	Risperidona 2mg – comp.	14.000			-
72	4153	Risperidona 3mg – comp.	14.000			-
73	3705	Sertralina 50mg – comp.	42.000			-
74	4305	Venlafaxina 50mg – comp.	7.000			-
Anticoncepcionais						
75	3622	Acetato de Medroxiprogesterona 150mg – ampola	210			-
76	7870	Enantato de estradiol 10mg + Acetofenido de Algesterona 150mg	210			-
77	7869	Etinilestradiol 0,035mg + Acetato de ciproterona 2mg – comp.	4.200			-
78	7868	Etinilestradiol 0,02mg + Gestodeno 0,075 – comp.	4.200			-
79		Norestisterona 0,035 mg	4.200			-
Antieméticos						
80	7242	Bromoprida 4mg/ ml – solução oral	1400			-
81	1686	Metoclopramida 4mg/ ml – Fr. 10ml	420			-
82	1586	Desconstipante - bisacodil - drg 5MG	3.500			-
83	11747	Dimeticona cp 40 mg	21.000			-
84	1618	Dimeticona gts c/ 15 ml - 75mg/ml	3.500			-
Antiepiléticos						
85	1558	Ácido Valpróico 250mg – comp.	4.200			-
86	1563	Ácido Valpróico 250mg/ 5ml – xarope pediátrico	210			-
87	1593	Carbamazepina 200mg – comp.	14.000			-
88	1636	Fenitoína 100mg – comp.	12.600			-
89	1638	Fenobarbital 100mg – comp.	12.600			-
Antifúngicos						
90	3457	Cetoconazol 200mg comp.	4.200			-
91	4270	Cetoconazol 2% creme bisnaga 30g	210			-
92	3550	Fluconazol 150mg – comp.	3.500			-

MUNICÍPIO DE PARAI¹⁵SÓPOLIS

ESTADO DE MINAS GERAIS

Antiinflamatório esteróide						
93	1725	Prednisona 5mg comp.	6.300			-
94	1723	Prednisona 20mg comp.	6.300			-
Antiinflamatório não esteróide						
95	1615	Diclofenaco Resinato 15mg/ 5ml – Fr. 20ml	210			-
96	1616	Diclofenaco sódico 50mg – comp.	21.000			-
97	3648	Nimesulida 100mg – comp.	28.000			-
98	1698	Nimesulida 50mg/ ml – Fr. 30ml	1.400			-
Antiparkisoniano						
99	3430	Biperideno 2mg – comp.	6.300			-
Antiparasitários						
100	1578	Benzoato de Benzila 6mg – solução tópica	210			-
101	1676	Mebendazol 100mg comp.	700			-
102	1677	Mebendazol 20mg/mL susp. oral Fr. 30mL	210			-
103	1687	Metronidazol 250mg comp.	700			-
104	1688	Metronidazol 40mg/mL susp. oral Fr. 100mL	105			-
105	3634	Metronidazol 1g/ 10g – creme vaginal	420			-
106	3702	Secnidazol 500mg – comp.	4.200			-
107	3402	Albendazol susp. 400 mg/10 ml – frasco com 10 ml	700			-
Antivirais						
108	3398	Aciclovir 200mg – comp.	4.200			-
109	2107	Aciclovir 50mg/g – creme	420			-
Broncodilatadores/ Expectorantes						
110	1549	Acebrofilina 25mg/ 5ml – xarope infantil	700			-
111	1550	Acebrofilina 50mg/ 5ml – xarope adulto	1.050			-
112	1569	Ambroxol 15mg/ 5ml – xarope infantil	1.050			-
113	1570	Ambroxol 30mg/ 5ml – xarope adulto	1.400			-

MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS¹⁶

ESTADO DE MINAS GERAIS

114	1571	Aminofilina 100mg comp.	4.200			-
Cardiovasculares						
115	3404	Espiro lactona comp. 25 mg	8.400			-
116	1572	Anlodipina Besilato 5mg – comp.	21.000			-
117	3413	Amiodarona 100mg – comp.	10.500			-
118	3422	Atenolol 50mg – comp.	21.000			-
119	1591	Captopril 25mg – comp.	70.000			-
120	1617	Digoxina 0,25mg – comp.	16.800			-
121	2093	Diltiazem 30mg – comp.	28.000			-
122	3530	Enalapril 10mg – comp.	21.000			-
123	1646	Furosemida 40mg – comp.	21.000			-
124	1656	Hidroclorotiazida 25mg – comp.	35.000			-
125	1680	Metildopa 250mg – comp.	28.000			-
126	1681	Metildopa 500mg – comp.	14.000			-
127	2097	Metoprolol 50mg – comp.	7.000			-
128	1691	Mononitrato de Isossorbida 20mg – comp.	14.000			-
129	3647	Nifedipina 20 mg – comp.	21.000			-
130	1727	Propatilnitrato 10mg – comp.	84.000			-
131	1730	Propranolol 40mg – comp.	42.000			-
132	1631	Enalapril 5 mg - comp.	35.000			-
Dermatológicos						
133	1610	Dexametasona creme 0,1% bisnaga 10g	700			-
134	1694	Neomicina + Bacitracina 5mg+250UI/g, bisnaga 10g	1.400			-
Antidiabéticos orais						
135	1647	Glibenclamida 5mg – comp.	35.000			-
136	4182	Metformina 500mg – comp.	70.000			-
137	1679	Metformina 850mg – comp.	21.000			-

MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS¹⁷

ESTADO DE MINAS GERAIS

<i>Hipolipemiante</i>						
138	3707	Sinvastatina 20mg comp. Revestido	42.000			-
139	3473	Ciprofirato 100 mg - comp.	42.000			-
<i>Reidratação oral</i>						
140	1732	Sais de Reidratação Oral - SRO - pó envelope 27,9g	1.400			-
<i>Tireóideanos</i>						
141	3692	Levotiroxina 50mg – comp.	34.986			-
142	7937	Levotiroxina 88mg – comp.	21.168			-
<i>Vitaminas</i>						
143	3504	Complexo B – comp.	21.000			-
144	1720	Polivitaminas gotas solução oral Fr.30 mL	2.100			-
145	1718	Poivitaminas – suspensão oral Fr. 100ml	700			-
146	1721	Polivitaminas + polimineral – caps.	35.000			-
147	1745	Vitamina A 55000UI + Vitamina D 22000UI – gotas – Fr. 10ml	2.450			-
148	1746	Vitamina C 200mg/ ml – Fr. 20 ml	4.200			-
149	1747	Vitamina C 500mg - comp.	14.000			-
150	6785	Descongestionante nasal – solução fisiológica nasal gts frasco 30 ml + conta gotas	3.500			-
151		Complexo B - gotas 20 ml/30ml	2.100			-
152	15384	Insulina NPH UI/ML - frasco com 10 ml	100			-

ISIS REZENDE DE SOUZA ARAÚJO
Pregoeira

MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS¹⁸

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO A

TERMO DE REFERENCIA

Processo Licitatório nº 269/2012

Pregão Presencial - Registro de Preços nº 016/2012

1 - Objeto da Contratação: Aquisição de Medicamentos para abastecer a Farmácia Privativa Municipal, durante 12(doze) meses, conforme planilha em anexo, que é parte integrante deste edital.

1.1 - Critérios de Aceitação do objeto a ser adquirido:

- a) O objeto desta licitação deverá ser fornecido de forma parcelada, por um período de 12(doze) meses, de acordo com as necessidades da Administração Municipal, mediante solicitação, por escrito, do Departamento requisitante, devendo ser entregue no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis**.
- b) Os objetos desta licitação deverão ser entregues de 2ª a 6ª feira, no horário das 8:00 as 16:00, no local designado na Ordem de Fornecimento .
- c) Não serão aceitas embalagens violadas, amassadas ou com **marcas diferentes das ofertadas na proposta de preços**;
- d) O pagamento será efetuado mediante a entrega e emissão da Nota Fiscal pela proponente vencedora, que deverá estar em dia quanto à CND do INSS e do FGTS para liberação do pagamento;
- e) Caso erro nos documentos fiscais, o pagamento ficará suspenso até que sejam sanados os problemas;
- f) Deverão ser computados nos preços todos os tributos incidentes sobre o fornecimento, bem como o custo com transporte a ser executado em razão da entrega, inclusive carga e descarga, correndo tal operação única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da empresa fornecedora.

1.2 - Procedimento de Fiscalização:

- a) O objeto fornecido será fiscalizado na sua entrega por representantes do Controle Interno da Administração, que registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas. As exigências e a atuação da fiscalização pela Prefeitura Municipal de Paraisópolis em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto do contrato.

1.3 - Prazo de entrega do objeto Contrato:

- a) Prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da ordem de Fornecimento.

1.4 - Penalidades Aplicáveis: O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante vencedora, sem justificativa aceite pela Prefeitura Municipal de Paraisópolis, resguardado os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar nas seguintes sanções:

- a) multa compensatória no percentual de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato, pela recusa em assiná-lo e retirar a nota de empenho, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87 da lei 8.666/93;
- b) multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento) calculada sobre o valor total estimado do contrato, por dia de inadimplência, até o limite de 02 (dois) dias úteis, na entrega total do objeto deste, caracterizando a inexecução parcial;
- c) multa compensatória no percentual de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato pela inadimplência além do prazo de 02 (dois) dias úteis, caracterizando a inexecução parcial do mesmo.
- d) advertência.

MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS¹⁹

ESTADO DE MINAS GERAIS

e) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na lei 8.666/93, inclusive a responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.

f) A multa deverá ser recolhida aos cofres públicos do Município de Paraisópolis, via Tesouraria Municipal, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da notificação enviada pela Prefeitura Municipal de Paraisópolis.

g) O valor da multa poderá ser descontado na nota fiscal ou crédito existente na Prefeitura Municipal de Paraisópolis, em favor da licitante vencedora, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

h) As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato do Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Paraisópolis, devidamente justificado.

i) À licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa exigida, ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Paraisópolis e será descredenciado do CRC Municipal, pelo período de 5 anos se credenciado for, sem prejuízo das multas previstas neste edital, no contrato e nas demais cominações legais.

j) As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

K) Em qualquer hipótese e aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

1.5 - Cronograma Físico-Financeiro de desembolso: o pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega do objeto discriminado nas respectivas ordens de fornecimento, mediante apresentação, aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do objeto.

1.6 - Planilha Estimada de custo: em anexo ao processo licitatório.

Paraisópolis, 12 de abril de 2012.

ISIS REZENDE DE SOUZA ARAÚJO
Pregoeira

MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS²⁰

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO II - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 269/2012
PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2012
VALIDADE: 12 MESES

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS**, pessoa jurídica de direito público interno, portadora do CNPJ nº 18.025.965/0001-02, com sede à Praça do Centenário nº 103, centro, Paraisópolis – MG, representada pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sérgio Wagner Bizarria, simplesmente denominado **CONTRATANTE**, e a empresa _____, portadora do CNPJ nº _____, com sede à _____, representada pelo Sr. _____, brasileiro, casado, _____, portador do RG nº _____, residente e domiciliado à _____, bairro _____, município de _____/_____, doravante denominada **FORNECEDORA/CONTRATADA**, considerando tudo o que consta no **PROCESSO LICITATORIO Nº 269/2012 – PREGAO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2012**, sujeitando-se aos princípios e exigências da Lei 10.520/2002, subsidiada pela Lei 8.666/93 e atualizações posteriores, **RESOLVEM** celebrar a presente Ata de Registro de Preços para aquisição de **MEDICAMENTOS** para atender o Departamento de Saúde Municipal, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

1 - DO OBJETO:

Aquisição de **Medicamentos para abastecer a Farmácia Privativa Municipal, durante 12 (doze) meses**, conforme descrição detalhada nas Planilhas em anexo, que é parte integrante desta ata.

02 - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 meses contados a partir da data de sua assinatura.

II - Nos termos do art. 15, parágrafo 4º, da Lei Federal 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o município **não será obrigado a adquirir os objetos referidos nesta ata**, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas registradas.

III - Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal 8.666/93, com as alterações que lhe foram impostas pela Lei Federal 8.883/94, a presente Ata de Registro de Preços será, cancelada, garantidos, às suas detentoras, o contraditório e a ampla defesa.

03 - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, para aquisições do mesmo objeto, por todos os Órgãos da Administração direta e indireta do Município.

04 - DO PREÇO

I - Os preços ofertados pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços são os constantes da proposta apresentada no **Processo Licitatório nº 269/2012 Pregão Presencial - Registro de Preços nº 016/2012, conforme discriminado abaixo:**

Lote 1 – Empresa: _____ - Valor = R\$ _____ (_____);
Lote 2 – Empresa: _____ - Valor = R\$ _____ (_____);

II - Em cada fornecimento decorrente desta Ata serão observadas as disposições do Decreto nº 1482/2006 que institui o Registro de Preços no Município, assim como as cláusulas e condições constantes do **Processo Licitatório nº 269/2012 Pregão Presencial - Registro de Preços nº 016/2012** que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS²¹

ESTADO DE MINAS GERAIS

III - Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante das propostas apresentadas, no **Pregão Presencial - Registro de Preços nº 016/2012** pelas empresas detentoras da presente Ata, as quais também a integram.

05 - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

I - Em cada fornecimento, o prazo de entrega dos objetos será de **02 (dois) dias úteis**, a partir da data constante na Ordem de Fornecimento.

II - Os materiais deverão ser entregues de 2ª a 6ª feira, no horário das 8:00 as 16:00, no Departamento de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Paraisópolis situado à Av. 25 de Janeiro nº 21, centro, Paraisópolis - MG;

06 - DO PAGAMENTO

I - Os pagamentos serão feitos com até 30 (trinta) dias após entrega dos objetos e respectiva emissão de Documentos Fiscais, conferidos e aprovados pelo responsável do Controle Interno;

II - Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo representante da Prefeitura Municipal de Paraisópolis e o pagamento ficará pendente até que aquela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Paraisópolis.

III - Os recursos necessários ao atendimento das despesas decorrentes do presente processo licitatório correrão por conta das Fichas Orçamentárias nº

02.07.10.302.0005.2040.3.3.90.30.00 (ficha 223) e

02.07.10.301.0005.2042.3.3.90.30.00 (ficha 409).

07 - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

I - A Ata de Registro de Preços será formalizada pelo setor de licitações.

II - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior a do seu vencimento.

III - **Os medicamentos deverão ser entregues com um prazo mínimo de validade de 12 meses, contados da data de fabricação.**

IV - A contratada é obrigada a substituir de imediato e às suas expensas, medicamentos em que se verifiquem irregularidades, como prazos de validade vencidos ou próximos a vencer.

V - Se a qualidade dos objetos entregues não corresponder às especificações exigidas no edital do Pregão que precedeu a presente Ata, a remessa do produto apresentado será devolvida à detentora para substituição, no prazo máximo de cinco dias independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

VI - Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante ordem de fornecimento, a qual poderá ser feita por memorando, ofício telex ou fac-símile, devendo dela constar: a data, o valor unitário do produto, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o carimbo e a assinatura do responsável.

VII - Os objetos deverão ser entregues acompanhados da nota-fiscal ou nota-fiscal fatura.

VIII - A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Fornecimento, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS²²

ESTADO DE MINAS GERAIS

IX - A cópia da ordem de fornecimento referida no item anterior devera ser devolvida para a unidade requisitante, a fim de ser anexada ao processo de licitação.

X - As empresas detentoras da presente ata ficam obrigadas a aceitar o acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento) nas quantidades estimadas.

08 - DAS PENALIDADES

8.1 – O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante vencedora, sem justificativa aceita pela Prefeitura Municipal de Paraisópolis, resguardada os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar nas seguintes sanções:

- a) multa compensatória no percentual de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato, pela recusa em assiná-lo, apresentar o comprovante da prestação de garantia contratual e retirar a nota de empenho, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93;
- b) multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento) calculada sobre o valor total estimado do contrato, por dia de inadimplência, até o limite de 02 (dois) dias úteis, na entrega total do objeto deste, caracterizando a inexecução parcial;
- c) multa compensatória no percentual de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato pela inadimplência além do prazo de 02 (dois) dias úteis, caracterizando a inexecução parcial do mesmo.
- d) Advertência.

8.2 – A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na Lei Federal nº 10.520/02 e na Lei Federal nº 8.666/93 inclusive a responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.

8.3 – A multa deverá ser recolhida aos cofres públicos do Município de Paraisópolis, via Tesouraria Municipal, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da notificação enviada pela Prefeitura Municipal de Paraisópolis.

8.4 – O valor da multa poderá ser descontado na nota fiscal ou crédito existente na Prefeitura Municipal de Paraisópolis, em favor da licitante vencedora, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

8.5 – As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato do Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Paraisópolis, devidamente justificado.

8.6 – A licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa exigida, ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Paraisópolis e será descredenciado do CRC Municipal, pelo período de 05 anos se credenciado for, sem prejuízo das multas previstas neste edital, no contrato e nas demais cominações legais.

8.7 – As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

8.8 – Em qualquer hipótese e aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

09 - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

I - Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica ou extra-contratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente

MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS²³

ESTADO DE MINAS GERAIS

entre os encargos da Contratada e a retribuição do Contratante para a justa remuneração do fornecimento, poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato.

II - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

III - Na hipótese de solicitação de reajuste de preços pela Contratada, esta deverá demonstrar a quebra do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha (s) detalhada (s) de custos, nas quais constarão a situação anterior e a situação atual que eventualmente justificarão o reajuste do contrato, bem como documentação correlata (lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos e/ou matérias, etc.) que comprovem que a contratação tornou-se inviável nas condições inicialmente avençadas.

IV - Fica facultado ao Contratante realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores, a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela Contratada.

V - A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica do Contratante, porém contemplará as entregas realizadas a partir da data do protocolo do pedido de revisão contratual.

VI - Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a Contratada não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

VII - A Contratante deverá, quando autorizada a revisão dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de Empenho Complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos fornecimentos realizados após o protocolo do pedido de revisão.

10 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I - O objeto desta Ata de Registro de preços será recebido pela unidade requisitante consoante o disposto no art.73, II "a" e "b", da Lei Federal 8.666/93.e demais normas pertinentes.

II - A cada fornecimento serão emitidos recibos, nos termos do art. 73, II, "a" e "b", da Lei Federal 8.666/93.

11 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

Pela Administração, quando:

A - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

B - a detentora não retirar qualquer Ordem de Fornecimento, no prazo estabelecido, e a Administração não aceitar sua justificativa;

C - a detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração;

D - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração;

E - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

F - por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

* - a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços;

- no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no órgão encarregado das publicações oficiais do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

- Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94.

- a solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VIII, caso não aceite as razões do pedido.

12 - DA AUTORIZAÇÃO PARA FORNECIMENTO

MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS²⁴

ESTADO DE MINAS GERAIS

I - A aquisição dos objetos da presente Ata de Registro de Preços será autorizada pelo responsável do Departamento Solicitante.

13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I - Integram o **Processo Licitatório nº 269/2012, Pregão Presencial - Registro de Preços nº 016/2012** esta Ata, o Edital bem como as propostas das empresas participantes do certame supra numerado.

II - Fica eleito o foro da comarca de Paraisópolis, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

III - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com o Decreto instituidor do Registro de Preços, a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal 10.520/02 e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

Paraisópolis, _____ de _____ de 2012.

MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS – MG – CONTRATANTE
SÉRGIO WAGNER BIZARRIA
PREFEITO MUNICIPAL

EMPRESA FORNECEDORA/CONTRATADA

MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS²⁵

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO III

Modelo de Declaração de que não emprega menores

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2012
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 269/2012

_____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(data)

(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS²⁶

ESTADO DE MINAS GERAIS

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

ANEXO IV

Proposta de Preços

Processo de Licitação: nº 269/2012

Pregão Presencial - Registro de Preços nº 016/2012

Tipo: Menor Preço por Item

Nome Licitante: _____ C.N.P.J.: _____

Endereço: _____

Tel Fax: (_____) _____ Tel. _____

OBJETO: Aquisição de Medicamentos para abastecer a Farmácia Privativa Municipal, durante 12(doze) meses, conforme planilhas abaixo:

Item	Quantidade	Especificação	Unidade	Marca	VR. UNIT.	VR. TOTAL

Valor total da proposta: R\$ _____ (_____ por extenso _____)

Local/data: _____, ____/____/____

Eficácia da proposta: 60 dias.

Nome do representante: _____ CPF: _____

Assinatura do representante legal: _____

OBS: NA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA AS EMPRESAS LICITANTES DEVERÃO UTILIZAR A PLANILHA PADRÃO (ANEXO I), FORNECIDA PELO MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS, INCLUSIVE RESPEITANDO A DESCRIÇÃO DOS ITENS FORNECIDA, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.

MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS²⁷

ESTADO DE MINAS GERAIS

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

ANEXO V

(Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo da Habilitação)

PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2012 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 269/2012

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ Nº
_____, sediada _____(endereço completo)
_____, declara, sob as penas da lei, que até a
presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo
licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posterior.

Local e data: _____, _____ de _____ de 2012.

Nome e número da identidade do declarante

Nº DO CNPJ

MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS²⁸

ESTADO DE MINAS GERAIS

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

ANEXO VI

(Modelo de Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação)

PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS N.º 016/2012 PROCESSO LICITATORIO Nº 269/2012

Em atendimento ao previsto no Edital do **Processo Licitatório nº 269/2012 Pregão Presencial - Registro de Preços nº 016/2012**, DECLARAMOS, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação exigidos para participação no presente certame.

Local e data: _____, _____ de _____ de 2012.

Assinatura representante legal

CPF:

MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS²⁹

ESTADO DE MINAS GERAIS

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

ANEXO VII

Modelo de Carta de Credenciamento

À

Prefeitura Municipal de Paraisópolis - MG

Processo Licitatório nº 269/2012

Pregão Presencial - Registro de Preços Nº 016/2012

Indicamos o(a) Sr.(a) _____,
portador da cédula de identidade nº _____, Órgão
expedidor _____, residente e domiciliado à _____, nº
_____, bairro _____, no município de _____/_____, como nosso
representante legal na Licitação em referência, podendo rubricar a documentação de
HABILITAÇÃO e das PROPOSTAS, manifestar, dar lances, prestar todos os
esclarecimentos a nossa Proposta, interpor recursos, desistir de prazos e recursos,
enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento do presente
Credenciamento.

Local e data: _____, _____ de _____ de 2012.

Atenciosamente

Representante Legal da Empresa
CPF

MUNICÍPIO DE PARAISÓPOLIS³⁰

ESTADO DE MINAS GERAIS

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

ANEXO VIII

Modelo de Declaração de Enquadramento como ME ou EPP

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 269/2012
PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2012

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador do Documento de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____ DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como _____ **(incluir a condição da empresa: Micro Empresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP)**, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da citada lei.

() Declaramos possuir restrições fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 129/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeito às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.
(Observação: em caso afirmativo, assinar a ressalva acima)

_____, _____ de _____ de 2012.

(assinatura do representante legal)